

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IV - Nº 734 - BRÁSILIA, SEGUNDA-FEIRA, 17 DE AGOSTO DE 1998

## Senadores aprovam projetos que modificam cotidiano dos brasileiros

Extensa pauta dos oito primeiros meses do ano envolveu temas como a reforma do Estado e a regulamentação de planos de saúde

A emenda constitucional da reforma administrativa e os projetos que modificaram os planos de saúde e estabeleceram os contratos temporários de trabalho estão entre as propostas aprovadas neste ano pelo Senado. As matérias apreciadas estão diretamente ligadas ao dia-a-dia dos brasileiros.

PÁGINAS 3 E 4



### AS PRINCIPAIS MATERIAS APROVADAS

Projetos aprovados e enviados à sanção	46
Projetos aprovados e enviados à promulgação	147
Projetos aprovados e enviados à Câmara	30
Emendas constitucionais promulgadas	2
Emendas constitucionais enviadas à Câmara	3



O plenário do Senado, em um ano de muito trabalho, praticamente limpou a pauta de votações

**Biblioteca com  
150 mil volumes  
atende 500  
consultas diárias**

PÁGINA 8

### Remédios falsos

**ACM confia que  
Justiça cumprirá a  
nova legislação**

PÁGINA 2

### Eleições 98

**27 senadores serão  
escolhidos nas  
urnas de outubro**

PÁGINA 8

## Senado aprova autoridades



Comissões como a de Assuntos Econômicos (foto) exercem uma das importantes funções constitucionais do Senado: aprovar o nome de autoridades indicadas pelo presidente, como diretores do Banco Central, ministros de tribunais e embaixadores.

PÁGINA 6

**JORNAL DO SENADO  
ADS LEITORES**

A partir de amanhã, o JORNAL DO SENADO interromperá suas edições, voltando a circular no reinício dos trabalhos, em decorrência de decisão tomada por unanimidade pelo plenário, com base no parágrafo único do artigo 2º do Regimento Interno do Senado.

A senadora Marina Silva (PT-AC) vai insistir para que o plenário da Casa delibere sobre o projeto originário da Câmara que acaba com a contribuição sindical. A matéria se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mas a senadora já apresentou requerimento para que entre logo na ordem do dia. Falta o plenário do Senado deliberar sobre esse requerimento. A senadora deseja que o trabalhador brasileiro esteja livre da contribuição sindical a partir de janeiro de 1999.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

0h30 - "Jornal do Senado"

1h - "Cidadania", a importância de se formar jovens com consciência de sua cidadania. Convidados: Najia Veloso (Secretaria de Educação do DF) e José Henrique Cortes (Instituto Nacional de Cultura e Educação)

2h - "Especial Unip" - o médico Dráuzio Varella entrevista o médico pediatra Fernando Goyatto sobre as doenças infantis

2h30 - Entrevista com Dulce Maria Pereira, presidente da Fundação Palmares, sobre o Seminário Internacional "Rota dos Escravos"

3h - "Espaço Cultural" - Jovens Concertistas

4h - Entrevista com Dulce Maria Pereira

4h30 - "Fala, Cidadão"

5h - "Cidadania"

6h - "Saúde Todo Dia" - o programa trata da importância da atividade física para a saúde

6h30 - "Espaço Cultural" com o senador Abdias Nascimento

7h - "Saúde Todo Dia"

7h30 - "Especial Unip" com o médico Fernando Goyatto

8h30 - "Cidadania"

9h30 - Entrevista com Dulce Maria Pereira

10h - Documentário - Assunto: o Cérebro

Humano

10h30 - "Saúde Todo Dia"

11h - "Especial Unip" - o médico Dráuzio Varella entrevista o ginecologista Nilo Bozzini sobre o tratamento de miomas uterinos

11h30 - "Espaço Cultural" - Jovens Concertistas

12h30 - Entrevista com Dulce Maria Pereira

13h30 - "Cidadania"

14h30 - Seminário Internacional sobre Renda Mínima

16h30 - "Especial Unip" - o médico Dráuzio Varella entrevista o pediatra Alois Bianchi sobre os cuidados que as mães devem ter com as crianças

17h30 - "Espaço Cultural" - Jovens Concertistas

18h30 - Entrevista com Dulce Maria Pereira

19h30 - "Cidadania"

20h30 - Documentário - Assunto: o Cérebro Humano

21h - "Espaço Cultural" - Apresentação do concerto de aniversário do Coral do Senado

22h - "Especial Unip" com o pediatra Alois Bianchi

23h - "Cidadania"

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, instituições, especiais e o programa "Fala Cidadão".

# ACM confia que Justiça saberá aplicar lei de medicamentos

Presidente do Senado lembra que Congresso deu uma "satisfação à sociedade" ao votar rapidamente projeto com penas mais severas

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ter "plena confiança na inteligência dos juízes brasileiros" para aplicar a nova lei que pune falsificações de medicamentos e alimentos como crimes hediondos, em especial a gradação das penas segundo a gravidade das irregularidades apuradas.

O senador destacou a rapidez com que o Congresso Nacional deu uma satisfação à sociedade e manifestou confiança em que o ministro da Saúde, José Serra, juntamente com as secretarias estaduais de Saúde, deverá aprimorar rapidamente os serviços de vigilância sanitária, até agora deficientes.



Antonio Carlos espera que governo aperfeiçoe a fiscalização sanitária

Antonio Carlos reagiu bem-humorado à indagação dos jornalistas sobre a possibilidade de o presidente da República valer-se, para criticar o Legislativo, de fatos como a demora da Câmara em

votar propostas de emenda constitucional já apreciadas pelo Senado.

— Ainda é cedo para me intrigarem com o Temer — disse.

O senador, na condição de um dos líderes do PFL, comentou a polêmica envolvendo o ministro José Serra e o candidato do partido ao governo do Rio de Janeiro, César Maia.

— César Maia é um grande administrador, é homem que tem todas as qualidades para ser governador do Rio de Janeiro é todos os votos que eu tiver no Rio tentarei carrear para ele; mas César Maia precisa ter mais humildade, e com ela ficaria um político completo — afirmou.

## Agaciel ressalta espaço dado no Senado à cultura

O diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, ressalta que, além de discutir e votar proposições legislativas, essa Casa do Parlamento vem se tornando um significativo espaço de divulgação da cultura brasileira, nos diversos ramos da atividade intelectual. Em sua opinião, o Senado está valorizando a cultura popular e tendo uma interação das manifestações culturais das diversas regiões do país.

— Podemos considerar a gestão do presidente Antonio Carlos Magalhães como voltada para a agilização e modernização do Congresso como um todo, onde não há esquecimento da atividade cultural, desde que conjugada com a atividade básica, que é a parlamentar — disse ele.



Agaciel elogiou gestão voltada para modernização

Conforme Agaciel, na área cinematográfica, o projeto Cultura ao Meio-Dia exibe gratuitamente filmes cedidos pela Funarte ou Rio Filmes. Para a divulgação de artes plásticas, estão disponíveis o Salão Negro, o hall da biblioteca e o Auditório Petrólio Portella, além do chamado "Túnel do Tempo", que apresenta, em caráter permanente, a exposição "Senado do Império à República".

— A literatura também tem o seu espaço — disse o diretor-geral, observando que o Salão Negro é o espaço nobre da Casa para o lançamento de escritores reconhecidos pelo grande público. José Sarney (PMDB-AP) e Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) foram alguns dos que utilizaram esse espaço para lançar livros.

## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repeditores e operadores de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
  - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
  - Receptor ABR 200, ComStream
  - LBN DRO ComStream
  - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
  - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
  - Satélite: Brasilsat B2
  - Polarização: Vertical (RX)
  - Modo: Joint-Stereo
  - Taxa: 128 Kbps-BPSK
  - Programação ABR: CC, 1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júlia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes do Secretário: Emília Fernandes - Lúcia Coelho

Joel de Hollanda - Marluça Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
 Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva  
 Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita  
 Diretor da Divulgação e Integração: Helival Rias  
 Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos  
 Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djilba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Niqueves Dantas dos Moraes

Fotos: Célso Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Arte: Antonio Nogueira

Endereço: Praça dos Três Poderes  
 Ed. Anexo I do Senado Federal,  
 15º e 16º andares  
 Brasília - DF - 70165-920

Impressa pela  
 Secretaria Especial  
 de Editoração e  
 Publicações

# Projetos aprovados interessam a milhões de brasileiros

A reforma administrativa, o serviço civil obrigatório, a regulamentação dos planos de saúde e a proteção para testemunhas de crimes são algumas das 322 matérias votadas este ano pelo Senado

Funcionário público, jovem, professor, usuário de plano de saúde, atleta, contribuinte de impostos. Se você está nesta lista, de alguma forma as votações do Senado, neste ano, mexeram com a sua vida. De janeiro até a última quinta-feira, os senadores apreciaram exatamente 322 projetos - 264 foram aprovados e os outros 58 rejeitados.

Uma boa parte dos projetos aprimora a legislação existente, para deixar mais claros os direitos e deveres do cidadão e as obrigações das empresas. Na última quinta-feira, por exemplo, os senadores votaram um projeto que interessa a todos - punição severa para quem fabrica, distribui ou vende remédios ou comida falsos.

Das cinco emendas constitucionais aprovadas pelo senadores, a reforma administrativa foi apontada como uma das matérias mais importantes votadas neste ano, por oferecer aos estados e municípios mecanismos para equilibrarem suas finanças.

A regulamentação dos planos de saúde, que já está em vigor, foi outra matéria importante votada pelo Senado, por existirem no Brasil mais de 40 milhões de pessoas que pagam por esse serviço.

Vários projetos aprovados se re-

ferem aos menores de 18 anos. Um deles criou, para jovens isentos ou dispensados do serviço militar, o serviço civil obrigatório, que será prestado em hospitais, escolas, creches, asilos e serviços comunitários. Mulheres e religiosos também poderão ser convocados para o serviço civil, que ainda terá de ser regulamentado. Outro projeto que trata de jovens é o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego. Ainda na área trabalhista, os senadores aprovaram uma proposta, já em vigor, que prevê a contratação temporária de empregados, com duração máxima de dois anos.

A Lei Pelé, que faz uma mudança profunda nas atividades esportivas do país, está em vigor há vários meses, depois de aprovada em fevereiro. A proteção para testemunhas de crimes é um dos projetos que os senadores votaram na área judiciária.

Como contribuição para o equilíbrio financeiro dos estados e municípios, além da reforma administrativa, o Senado aprovou uma resolução, já em vigor, que fixa normas mais severas para o endividamento público.

danças vão levar a uma melhoria na qualidade do serviço público brasileiro. A emenda, que muda 28 artigos da Constituição, foi discutida e votada pelo Senado em apenas três meses e 11 dias, depois de votada pela Câmara.

## REFORMA ADMINISTRATIVA

### Proposta foi a mais importante do primeiro semestre

Apontada pelo governo como fundamental para o equilíbrio das contas públicas e a modernização do serviço público, a reforma administrativa foi discutida e aprovada no primeiro semestre. Em vigor desde o dia 5 de junho passado, a mudança foi considerada pelas lideranças partidárias como o assunto mais importante discutido e votado pelos senadores nos primeiros seis meses deste ano.

A reforma altera várias normas que regem o serviço público e seus funcionários, permitindo, entre outras coisas, a demissão dos servidores públicos estáveis quando os gastos com a folha de salários da União, dos estados e dos municípios ultrapassarem 60% da receita líquida.

Ao defender a reforma em plenário, o relator, senador Romero Jucá (PFL-RR), previu que as mu-

## CONTRATO TEMPORÁRIO

### Encargos reduzidos para quem quiser contratar mais

A contratação de empregados por tempo determinado foi aprovada pelo Senado durante a convocação extraordinária feita em janeiro deste ano, sendo encaminhada a seguir à Câmara dos Deputados. O projeto de lei, relatado favoravelmente pelo senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), determina que o prazo máximo para a vigência desse tipo de contrato é de dois anos, desobrigando as em-



Waldeck Ornelas



O plenário apreciou cinco emendas constitucionais e outras propostas importantes, como a punição aos falsificadores de medicamentos.

## BALANÇO DAS VOTAÇÕES

presas do pagamento de aviso prévio e da indenização de 40% sobre o FGTS. Sancionado pelo presidente da República, o projeto já se transformou em lei.

O limite de empregados que podem ser contratados em regime temporário deve ser estabelecido em negociação coletiva, não podendo ultrapassar os seguintes percentuais, que serão aplicados cumulativamente:

50% do número de trabalhadores para a parcela inferior a 50 empregados;

35% do número de trabalhadores para a parcela entre 50 e 199 empregados;

e 20% do número de trabalhadores para a parcela acima de 200 empregados.

## PRIMEIRO EMPREGO

### Empresas que aderirem pagarão menos imposto

O Senado aprovou, em maio, projeto de lei do senador Osmar Dias (PSDB-PR) criando o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (Pepe), destinado a estimular oportunidades de trabalho para jovens entre 14 e 18 anos. De acordo com a proposta, as empresas poderão deduzir do Imposto de Renda e da contribuição social os encargos pagos com empregados nessa faixa etária.

Os senadores aprovaram emendas. Uma reduziu de 25% para 10% o limite máximo de vagas a serem preenchidas nas condições do Pepe. Outra tornou obrigatória a matrícula do menor empregado em uma escola de 1º Grau, caso não tenha completado a 8ª série.

## LAVAGEM DE DINHEIRO

### Lei tornou crime a ocultação de bens, direitos e valores

O projeto de lei de iniciativa do Executivo que criminalizou a lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores provenientes do tráfico de drogas, terrorismo e contrabando foi aprovado pelo Senado em 11 de fevereiro, durante a convocação extraordinária.

Com o principal propósito de disciplinar e aplicar penas administrativas, a nova lei criou o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), ligado ao Ministério da Fazenda.

O novo instrumento legal prevê pena de três a dez anos de reclusão, além de multa, para a ocultação de bens ou valores provenientes de crime de tráfico de drogas, terrorismo, contrabando de armas, extorsão mediante seqüestro. A mesma pena aplica-se aos crimes contra a administração pública ou contra o sistema financeiro nacional.

## SIGILO BANCÁRIO

### Fiscalização das fraudes fiscais ficou mais fácil

Para facilitar a investigação de fraudes fiscais e a identificação de atividades do crime organizado, o Senado aprovou projeto de lei complementar estendendo aos procuradores federais, à Receita Federal, à Comissão de Valores Mobiliários e ao Tribunal de Contas da União o direito de solicitar quebra de sigilo bancário, sem necessidade de autorização judicial. O projeto foi encaminhado à Câmara.



Lúcio Alcântara

A proposta, de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), apresenta uma grande inovação para a Receita Federal: os bancos serão obrigados a fornecer a esse órgão os nomes de pessoas ou empresas que movimentarem quantias muito elevadas no sistema financeiro. A partir dessas informações a Receita poderá fiscalizar movimentações suspeitas, pedindo quebra de sigilo bancário dos envolvidos.

## IMUNIDADE PARLAMENTAR

### Emenda restringe instituto a opiniões, palavras ou votos

O plenário aprovou em junho substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) a proposta de emenda constitucional restringindo o instituto da imunidade parlamentar. Foi mantida a imunidade plena apenas em relação a opiniões, palavras e votos de deputados e senadores relacionados com sua atuação parlamentar.

"Vamos ver se a emenda não ficará engavetada na Câmara dos Deputados. A Câmara está vivendo tempos de liberação geral. Casou um deputado (Sérgio Naya) porque a imprensa deu em cima, mas depois absolveu todos os demais que estavam sendo processados por evidente falta de decoro parlamentar", alertou o senador Pedro Simon (PMDB-RS).

# Lei contra falsificação de remédios vai à sanção

O presidente Fernando Henrique Cardoso deve sancionar nos próximos dias a lei que torna a fraude em medicamentos um crime hediondo

O presidente Fernando Henrique Cardoso deve sancionar nos próximos dias a lei que torna a falsificação de remédios um crime hediondo, a exemplo de estupro e seqüestro. O projeto foi aprovado pelo Senado, transformando o crime em inafiançável e prevendo também aplicação de multas de até R\$ 200 mil contra os estabelecimentos comerciais responsáveis e penas que vão de 10 a 15 anos de prisão, sem direito a redução de pena. A adulteração de alimentos igualmente passa a ser consi-

derada crime hediondo, com penas que vão de quatro a oito anos de prisão.

O relator do projeto, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), disse que a lei era necessária diante da quantidade de falsificações denunciadas diariamente pela imprensa e descobertas pela fiscalização do Ministério da Saúde. "Essas falsificações têm sujeitado a população brasileira à

ação delituosa de um sem número de malfetores que atentam contra a saúde e a dignidade do ser humano", afirmou.

Além das penas previstas, o projeto permite que o estabelecimento que cometer os crimes seja interdito por até 360 dias, caso reciba recursos públicos de qualquer espécie, tenha sua publicidade proibida e que sejam cancelados o alvará e a autorização de funcionamento. Na aplicação de multa, será levada em conta a capacidade econômica do infrator.



## PLANOS DE SAÚDE

### Negociação buscou equilíbrio entre operadoras e usuários

Projeto de lei regulamentando os planos de seguros privados e assistência à saúde no Brasil foi aprovado por unanimidade, pelo plenário do Senado, em 12 de maio. Sancionada sem vetos pelo presidente da República, a nova lei foi a primeira a estabelecer exigências mínimas aos planos de saúde. A lei fixou um prazo de 90 dias para que as operadoras de seguros e as empresas que oferecem planos de saúde se adaptem às novas normas.



Sebastião Rocha

A iniciativa da regulamentação foi do então senador Iram Saraiva (PMDB-GO), cujo projeto foi aprovado sob a forma de substitutivo na Câmara. No Senado, após várias audiências públicas com representantes do governo, operadoras de seguros e planos de saúde e usuários, o substitutivo da Câmara recebeu nove supressões e foi enviado à sanção presidencial.

O relator do projeto na Comissão de Assuntos Sociais, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), inicialmente propôs várias modificações ao substitutivo da Câmara, muitas delas recusadas pelos líderes gover-

nistas, como a de fechar o mercado de planos e seguros de saúde ao capital estrangeiro.

A decisão final resultou de entendimento entre o negociador do governo junto à CAS, senador Romero Jucá (PFL-RR), o relator e as lideranças partidárias. Na época, ao fazer um balanço das negociações, Rocha reconheceu que, "com as supressões, o projeto tem um mínimo de equilíbrio entre as operadoras e usuários de planos e de seguros de saúde".

## HABITAÇÃO POPULAR

### Moradia passa a ser direito social dos brasileiros

A inclusão, na Constituição, da moradia como direito social dos brasileiros foi aprovada pelo Senado no dia 5 de maio. A emenda proposta pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO) recebeu apoio unânime dos senadores e está agora na Câmara dos Deputados.



Mauro Miranda

A Assembléia Nacional Constituinte de 88 estabeleceu como direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistên-

cia aos desamparados. Com a alteração constitucional – que precisa ser votada pelos deputados – as prefeituras e os governos estaduais e o federal ficarão obrigados a definir recursos permanentes para habitações populares, segundo Mauro Miranda.

## LEI PELÉ

### Acordo permite reformulação da atividade esportiva

No dia 11 de fevereiro, o Senado aprovou uma nova regulamentação para o esporte nacional. A chamada Lei Pelé promove mudanças na normatização das atividades esportivas, como a possibilidade de os clubes se transformarem em empresas e ampliação dos direitos dos atletas profissionais, determinando a extinção do "passe" que prende o jogador ao seu clube.



Artur do Tóvão

Pela nova lei, ficam garantidas aos atletas profissionais as normas gerais da legislação trabalhista e de seguridade social. O projeto foi relatado favoravelmente no Senado pelos senadores Artur da Tóvão (PSDB-RJ), Leomar Quintanilha (PPB-TO) e Benedita da Silva (PT-RJ).

A aprovação da Lei Pelé foi pre-

cedida de um amplo entendimento político que permitiu a votação do texto oriundo da Câmara dos Deputados apenas com emendas de redação. Pelo acordo, a liderança do governo se comprometeu a levar recomendações de vetos e aprimoramentos do texto da nova lei ao presidente da República.

## PROTEÇÃO A TESTEMUNHAS

### Direito poderá ser estendido a familiares

A integridade física e mental de testemunhas e vítimas de crimes, bem como seu patrimônio, poderão ser garantidos e protegidos pelo Estado, desde que solicitado pelo Ministério Público ou pela Polícia Judiciária. Conforme substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) ao projeto do senador Júlio Campos (PFL-MT), aprovado em abril pelo Senado, esse direito à proteção poderá ser estendido a familiares e afins das vítimas e testemunhas sob ameaça.



José Fogaça

A vítima encontra-se na Câmara dos Deputados, aguardando por deliberação.

O projeto aprovado pelo Senado determina que o orçamento da União terá recursos específicos para a proteção, que poderá durar até quatro anos. Essa proteção abrange desde escolta policial e hospedagem em local seguro até ajuda para mudança de cidade com nova identidade.

Os nomes dos protegidos serão mantidos em segredo judicial e, durante o processo criminal, não poderão ser vistos pelo réu ou pessoas a ele ligadas. Quem tiver acesso ao processo e revelar o nome ou o paradeiro de testemunhas e/ou vítimas poderá ser processado.

## RÁDIOS COMUNITÁRIAS

### Emissoras devem ter baixa potência e cobertura restrita

Durante a convocação extraordinária do início deste ano (6 de janeiro a 13 de fevereiro), o Senado aprovou sem emendas o projeto de lei da Câmara que institui e regulamenta o Serviço de Radiodifusão Comunitária. As rádios comunitárias são definidas como emissoras de baixa potência e cobertura restrita, outorgadas a fun-

dações e associações comunitárias sem fins lucrativos e sediadas na localidade de prestação do serviço. A finalidade dessas rádios é a difusão de idéias, elementos da cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade.

Além disso, elas devem propiciar a integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social, prestar serviços de utilidade pública, integrando-se quando necessário aos serviços de defesa civil, e contribuir para o aperfeiçoamento profissional dos jornalistas e radialistas.

O relator da matéria na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, senador José Agripino (PFL-RN), rejeitou todas as emendas apresentadas, com o argumento de que o projeto visava pôr ordem no setor de radiodifusão comunitária, uma vez que grande parte delas operava de forma ilegal e clandestina.

## SEGURANÇA NO TRÂNSITO

### Psicotécnico se torna obrigatório para tirar CNH

Em janeiro, o Senado aprovou projeto de lei tornando obrigatório o teste psicotécnico para qualquer cidadão que pretenda obter carteira de motorista no Brasil. O projeto modifica, ainda, outros dispositivos previstos no Código de Trânsito Brasileiro e, por acordo de líderes, tramitou na Casa no tempo recorde de uma semana, para permitir sua entrada em vigor junto com o novo código.

O projeto proíbe, ainda, a colocação, nos vidros dos veículos automotores, de qualquer tipo de película, reflexiva ou não.

Ao relatar favoravelmente o projeto, em plenário, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) considerou a avaliação psicológica dos candidatos a receberem carteira de motorista como fundamental para reduzir o número de acidentes no país. O projeto cria também o Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (Funset), para custear as despesas com educação para o trânsito.



José Agripino



Ramez Tebet



Amin relata encontro do parlamentaristas com João Paulo II

## Amin destaca opinião do papa sobre o Brasil

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) destacou recente encontro de que participou no Vaticano, com políticos integrantes da Pastoral Parlamentar Católica, liderada pelo vice-presidente da República, Marco Maciel. Na ocasião, segundo Amin, o papa João Paulo II expressou suas expectativas em relação ao destino político do Brasil e louvou o esforço dos parlamentares brasileiros que "defendem os princípios que têm sua origem no Evangelho da vida".

Esperidião Amin reportou-se às principais observações feitas por João Paulo II sobre a realidade política brasileira, quando ressaltou a necessidade de que os parlamentares lutem para que sejam tomadas medidas como o combate à seca no Nordeste; a oferta de trabalho e a justa remuneração; o empenho para garantir uma reforma agrária efetiva e eficiente; a correta aplicação das leis vigentes tanto no amparo aos migrantes quanto às populações indígenas; e a garantia dos direitos da mulher e da criança.

— O papa defende o pensamento de que o empenho da vida pública deve ser entendido como um serviço aos irmãos, promovendo o respeito aos direitos humanos, especialmente dos mais pobres e necessitados — disse o senador.

Conforme Esperidião Amin, João Paulo II entende as dificuldades das casas legislativas de colocarem em prática a maioria dos fundamentos sociais e cristãos, devido ao "contexto do pluralismo parlamentar", mas demonstrou confiança no trabalho dos políticos brasileiros.

Amin acrescentou que os parlamentares da Pastoral Católica foram recebidos por dom Geraldo Majella Agnelo, bispo brasileiro que presta serviços na Cúria Romana.

# Nabor diz que FHC não cogita privatização da Petrobras

Senador se declara partidário da livre iniciativa, mas salienta a necessidade da presença do poder público em setores estratégicos

O debate sobre a privatização da Petrobras e do Banco do Brasil, realimentado pela divulgação da plataforma do PFL para o próximo governo, foi colocado nos devidos termos pelo próprio presidente nacional do partido, Jorge Bornhausen, e pelo porta-voz do Palácio do Planalto, embaixador Sérgio Amaral, disse o senador Nabor Júnior (PMDB-AC). "Felizmente", acrescentou, "o presidente da República não cogita a privatização da Petrobras".

A proposta de privatizar a Petrobras e o Banco do Brasil "desperdiça fortes preocupações não apenas nos corpos funcionais e técnicos das duas instituições, mas em todos os setores conscientes da nacionalidade", afirmou o sena-



Nabor deseja a preservação da Petrobras e do Banco do Brasil

dor. No entanto, para Nabor, Bornhausen explicou claramente, em vários desmentidos publicados nos jornais, que a posição do PFL é a de que a Petrobras não tem condições de ser privatizada, pois sua venda implicaria a transferên-

cia de um monopólio estatal para um monopólio privado.

Quanto ao Banco do Brasil, Nabor citou a seguinte declaração de Bornhausen: "O Banco do Brasil exerce um papel fundamental de financiamento no campo e nenhuma instituição financeira privada se dispõe no momento a assumir essa função. Como o BB não pode ser vendido sem que a carteira agrícola seja preservada, ele não encontraria comprador se fosse a leilão".

Nabor se disse partidário da livre iniciativa e favorável ao fortalecimento da empresa privada, mas reconhecendo a necessidade da presença disciplinadora do poder público em setores estratégicos da economia. A Petrobras e o Banco do Brasil, a seu ver, devem ser preservados exatamente por isso.

## Jefferson quer manter Banco do Amazonas

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) manifestou-se contra a possível privatização ou liquidação do Banco do Estado do Amazonas, uma exigência da União nas negociações com o governador Amazonino Mendes para a renegociação das dívidas do estado. Ele disse que, nas vezes em que estiver em Brasília durante o recesso parlamentar, conversará com autoridades da área econômica, entre elas o presidente do Banco Central, em busca de uma solução para o caso.

— O Banco do Estado do Amazonas tem um crédito a receber de mais de R\$ 80 milhões, provenientes do Fundo de Compensação de Variações Salariais, que a União deve e não quer pagar. Com esses recursos e mais o aporte que o governador do estado já garantiu fazer, o banco pode perfeitamente sobreviver — opinou Jefferson.

Apesar das dificuldades que o Banco do Amazonas enfrenta atualmente, o senador considera que ele cumpre um papel que não poderia ser executado por um banco privado:

— Se for fechado, afetará seriamente o crédito nos municípios

mais pobres, além de trazer dificuldades para os habitantes do interior pagarem contas ou receberem remessas se não houver uma agência de crédito na sede municipal, considerando as enormes distâncias que existem na nossa região — explicou.

Jefferson testemunhou que esteve recentemente visitando alguns municípios do Amazonas e pôde constatar o esvaziamento econômico do interior do estado. Comentou que, em algumas cidades, o quadro chega a ser de tragédia social, pela falta de atividades geradoras de emprego e renda.

### PROER

Na avaliação de Jefferson Péres, apenas os bancos estatais inviáveis que devem ser fechados.

— E o Banco do Amazonas, assim como o Banco de Brasília (BRB) e poucos outros, são estabelecimentos que têm condições de sobreviver — analisou, defendendo o prosseguimento da política de saneamento do sistema financeiro executada pelo governo federal através do Proer (programa de reestruturação do sistema financeiro).

O Proer, segundo Jefferson, é



Jefferson manifesta-se contra a venda ou liquidação do banco

um programa que veio em boa hora, mas foi mal compreendido.

— Se ele não tivesse sido implantado, o Brasil estaria hoje exatamente na mesma situação dos países asiáticos, pois as crises da Tailândia, Indonésia e principalmente a do Japão são basicamente decorrentes do sistema financeiro — frisou.

Para o senador, o Banco Central deve fazer com os bancos estaduais o que fez, ou pelo menos deveria ter feito, com os bancos privados, que é fiscalizá-los e evitar que se desviem de suas finalidades. Jefferson ressaltou que fechar um banco estadual que presta serviços a um estado pobre como o Amazonas é um desserviço a toda a população do estado, principalmente a do interior.



Gilvam Borges ressalta clima de normalidade democrática

## Gilvam pede mais entusiasmo para eleições

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) afirmou que o Brasil vive uma democracia plena e conclamou eleitores e candidatos a participar ativamente das eleições de outubro.

— Alguns analistas dizem que o desânimo e a apatia tomaram conta do país nestas eleições, mas o Brasil vive hoje a normalidade democrática, e faço um apelo a todos para que não se desespere, não se desestimule e saiam às ruas para a campanha — disse.

Para o senador, que é candidato ao governo do Amapá, mesmo com esse clima frio na campanha eleitoral o país está promovendo eleições democráticas, "e não disputando o poder pelas armas". Com a democracia, acrescentou, o país está se firmando para conquistar mais estabilidade e prosperidade econômica no futuro.

As causas mais apontadas para o desânimo nas eleições, observou, são a crise financeira e a legislação eleitoral, que considera mais severa que as anteriores. O senador esclareceu, no entanto, que a estabilidade econômica promovida pelo governo é o caminho certo e renderá dividendos com a aprovação das reformas administrativas — já em curso — tributária e política.

— Estamos com a bússola no bolso. Estamos no caminho certo. A democracia está de parabéns e haveremos de avançar mais. Espero que o presidente Fernando Henrique Cardoso continue com sua serenidade e competência, como um grande maestro conduzindo o país à modernização — afirmou.

Aos servidores públicos, Gilvam disse que as reclamações de hoje, devido às reformas constitucionais, deverão ser benéficas no futuro. "Os servidores terão seus aumentos salariais e, se tiverem que trabalhar mais, adiando a aposentadoria, isso também não é negativo", observou.

# Senado tem poder de aprovar indicações de autoridades

Embaixadores, procurador-geral, dirigentes do Banco Central, entre outras autoridades, são escolhidos pelo presidente da República, mas os indicados somente podem tomar posse depois de sabatinados e aprovados pelos senadores

Cabe ao presidente da República indicar magistrados, embaixadores, o procurador-geral, presidente e diretores do Banco Central (entre outras autoridades), mas os escolhidos somente podem tomar posse depois de sabatinados e aprovados pelo Senado, em votação secreta. Para o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), muitos senadores não aquilutam o poder que essa delegação constitucional representa, tratando-a como simples "carimbo burocrático".

Suassuna se preocupa, em especial, "com os repetidos casos de promiscuidade entre o sistema financeiro privado e o Banco Central, que têm causado

enorme prejuízo ao país". Por isso, apresentou projeto de lei complementar exigindo que os candidatos a esses cargos não tenham atuado no mercado financeiro privado nos dois anos anteriores à sua indicação. O projeto prevê, ainda, um intervalo compulsório de dois anos (uma espécie de quarentena) para que es-

sas autoridades possam voltar ao sistema privado.

Pelo artigo 52, a Constituição dá competência exclusiva ao Senado para arguir e aprovar, previamente, os nomes indicados pelo presidente da República para ocuparem cargos como ministros dos tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União, presidente e diretores do BC, chefes de missão diplomática, procurador-geral da República e até abre espaço para que uma lei possa determinar outras autoridades passíveis dessa exigência.

O processo se inicia com uma mensagem presidencial ao Senado, com o nome, qualificação e *curriculum vitae* do candidato, que será lida em plenário e enviada à comissão competente. Em prazo não inferior a três dias, a comissão marcará reunião para arguir o candidato sobre assuntos pertinentes ao desempenho do cargo a ser ocupado. A sabatina é pública, salvo no caso

de embaixadores, quando é secreta.

A aprovação se dá por maioria simples (metade dos presentes mais um), com presença de maioria absoluta dos membros da comissão. No caso do procurador-geral e dos ministros do Supremo Tribunal Federal, a Constituição exige aprovação por maioria absoluta de votos. Em todos os casos, a votação é secreta, ou seja, os Anais da Casa não registram quais os senadores que votaram contra ou a favor do candidato, somente seu resultado.

Numa segunda etapa, a indicação da autoridade deve ser debatida e votada em plenário, mas a presença do candidato não é necessária. Como na comissão, o nome precisa ser aprovado por maioria simples e votação secreta, devendo a sessão que examina a escolha de embaixadores ser também secreta.

Os cargos de ministros dos tribunais superiores (STF, STJ, TST, TSM) e do Tribunal de Contas da União são vitalícios, mas a escolha do procurador-geral é válida por dois anos, permitida a recondução.

**Suassuna alerta que a delegação constitucional conferida ao Senado não pode ser confundida com um simples "carimbo burocrático"**

## Banco Central controla moeda

A tarefa principal do Banco Central é cuidar da moeda, sendo o único órgão do governo autorizado a emití-la, assim como títulos do Tesouro Nacional. Junto com os ministérios da Fazenda e do Planejamento, o BC integra o Conselho Monetário Nacional, que define e executa a política econômica.

A presidência e as seis diretorias do BC cuidam da taxa de juros e da política cambial, regulam a oferta de dinheiro e de títulos públicos federais, tudo isso para garantir o valor quase constante do real, dentro do país (inflação mínima) e no plano internacional (paridade com o dólar e demais moedas fortes).

Mas o BC faz muito mais: normatiza e fiscaliza todas as instituições financeiras do país (bancos, corretoras e distribuidoras de títulos) para garantir a solvência do sistema. Monitora as dívidas internas e externas do país, além de ser o depositário das reservas internacionais (em moeda forte e em ouro), hoje por volta dos 70 bilhões de dólares.

Cabe também ao Banco Central



Suassuna quer maior rigor na aprovação do presidente do BC

analisar a situação financeira dos estados e municípios para assessorar o Senado nas decisões sobre rolagem de títulos mobiliários, bem como sobre a autorização ou não seu maior endividamento.

Alguns senadores se preocupam com esse grande poder do BC e apoiam o projeto de lei complementar do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) que torna mais rígida a aprovação do Senado aos candidatos a presidente e diretores do banco. Em especial, a proposta institui um intervalo compulsório de dois anos, durante os quais o presidente e os diretores do banco não podem trabalhar para bancos e financeiras, depois de saírem de seus

cargos. Suassuna afirma que, com tanta informação sigilosa sobre a economia, eles não podem, de imediato, atuar no mercado financeiro.

Tramita, ainda, na Comissão de Constituição e Justiça, proposta de emenda constitucional de Romero Jucá (PFL-RR), aumentando o número de autoridades que precisariam da aprovação prévia do Senado, como os presidentes do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco de Desenvolvimento Econômico e Social e até os titulares da Comissão de Valores Mobiliários e das novas agências reguladoras de energia elétrica, petróleo e telecomunicações, criadas após a quebra do monopólio estatal.

## Quem precisa ser aprovado pelo Senado

- Ministros dos tribunais superiores
- Ministros do Tribunal de Contas da União
- Presidente e diretores do BC
- Chefes de missão diplomática
- Procurador-geral da República

A sabatina é pública, salvo no caso de embaixadores, quando é secreta.

A aprovação se dá por maioria simples, metade dos presentes mais um(\*), com presença de maioria absoluta dos membros da comissão.

(\* No caso do procurador-geral e dos ministros do Supremo Tribunal Federal, a Constituição exige aprovação por maioria absoluta de votos. Em todos os casos, a votação é secreta.



## Embaixadores tratam das relações com outros países

Além de lidar com aspectos sensíveis das relações do Brasil com os demais países, os chefes de missão diplomática no exterior conhecem muitos assuntos confidenciais e até secretos. Por isso, depois de indicados pelo presidente da República, a aprovação de seus nomes pelo Senado é cercada de cuidados especiais.

Na Comissão de Relações Exteriores, a arguição dos futuros embaixadores é feita em reunião secreta, com presença exclusiva de senadores e do candidato. A cautela se explica pelo fato de o debate poder incluir dados sobre acordos internacionais ainda em fase de negociação, dificuldades momentâneas entre o Brasil e outro país, ou informações sigilosas sobre cooperação em áreas sensíveis como tecnologia nuclear ou espacial.

Como acontece na indicação das demais autoridades, a votação é secreta, sendo divulgado apenas seu resultado. Por ocasião da apreciação dos nomes dos futuros chefes de missão diplomática em plenário, novamente a sessão e a vota-

ção são secretas.

Cabe ao Ministério das Relações Exteriores, também conhecido como Itamaraty, executar a política externa do governo: cuidar das relações do Brasil com os demais países com os quais mantém laços diplomáticos, negocia tratados internacionais e acordos de cooperação, trata de visitas recíprocas de chefes de Estado e governo, bem como de chanceleres. Para exercer essas funções, o MRE mantém, no exterior, embaixadas, consulados, representações comerciais e financeiras.

Além de elaborar relatórios confidenciais sobre a situação do país onde estão sediadas, as embaixadas devem cuidar da imagem externa do Brasil informando, explicando e até defendendo os interesses do governo junto à imprensa e opinião pública locais.

Através de seus consulados, o Itamaraty dá assistência aos brasileiros que estão em outros países. Os diplomatas também assessoram autoridades brasileiras em atividades do exterior.

# Odacir defende reforma tributária diferenciada

Pequenos municípios, segundo o senador, foram os que menos ganharam com o aumento de receita tributária de 321,37% entre 1989 e 1995

O senador Odacir Soares (PTB-RO) afirmou que o Congresso Nacional tem consciência de que, ao realizar a reforma tributária, além de preocupar-se em estabelecer um padrão mais justo e descentralizado na distribuição da renda nacional, deverá definir uma estrutura orçamentária menos isonômica para os diversos portes das cidades brasileiras.

— Apesar de a receita tributária municipal ter crescido 321,37% de 89 a 95, descobriremos que os municípios não apresentam suposto e desejável perfil uniforme que as percentagens médias levam a crer — destacou o senador, baseando-se em dados levantados pelo Núcleo de Articulação Político-Institucional do Banco de Dados Municipais (Ibm).

De acordo com essas informações, segundo Odacir, as cidades de pequeno porte (com menos de 20 mil ha-



Odacir Soares quer correção de distorções

bitantes) compõem o grupo das que, proporcionalmente, menos se apropriaram do aumento da receita total. Os municípios com população entre 100 mil e 200 mil habitantes apontaram uma expansão das receitas num patamar aquém da média verificada, assim como o desempenho da receita total das cidades com mais de 5 milhões também ficou abaixo da média geral.

A partir de informações como es-

sas prestadas pelo Ibm, o senador concluiu que, em relação à real apropriação dos recursos conforme o porte das cidades, verifica-se que existem "diferenças bem acentuadas entre as diversas e discrepantes dimensões demográficas espalhadas pelo Brasil afora".

— A oportunidade mais apropriada para que essas distorções sejam corrigidas — concluiu Odacir — é durante a reforma tributária.

## Rondônia tem educação ambiental

"Não quero política ambiental para tolher o produtor rural, mas para apoiá-lo e estimulá-lo." A afirmação foi feita pelo senador Odacir Soares (PTB-RO), ao elogiar a criação da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Rondônia, pelo governador Valdir Raupp.

Na avaliação do senador, essa iniciativa vai promover a política da educação ambiental em todo o estado com vistas a melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes. Ele disse que a política ambiental será ampliada e deverá destinar mais atenção e recursos humanos e financeiros às questões relacionadas com a degradação ambiental e com o crescimento desordenado das cidades.

Odacir endossou declaração feita pela professora Ellen Nunes, da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio Grande do Sul, para quem educação ambiental é educação política. "Não dá para vir com essa história de salvar baleias, salvar mico-leão", disse Ellen em recente conferência sobre meio ambiente, segundo relato do senador. "Claro que isso é importante para a biodiversidade, mas a grande questão é a formação da cidadania."

# Benefícios a servidores municipais prejudicaram prefeituras, diz João Rocha

As diversas leis orgânicas dos municípios adotaram uma série de vantagens e benefícios para os servidores municipais incompatíveis com a realidade do Tesouro local, afirmou o senador João Rocha (PFL-TO). Para ele, a implantação do Regime Jurídico Único em mais de 20% das 5,4 mil cidades brasileiras foi feita sem qualquer base atuarial. Essa ausência de uma maior precisão no cálculo estatístico previdenciário foi qualificada pelo ex-ministro da Previdência Reinhold Stephanes como "uma irresponsabilidade desastrosa", segundo o senador.

Além dos equívocos atuariais, continuou João Rocha, a taxa da população idosa no Brasil vem crescendo significativamente. Era de 3,1% em 1970, passando para 4,8% em 1990, com previsão de chegar a 7,7% em 2020. Em Minas Gerais, 37% da folha de pagamento do governo já são gastos com inativos, devendo chegar a 50% no ano 2000. O aumento dos gastos foi de 48,7% entre 1991 e 1996. No Paraná, no mesmo período, as despesas com inativos cresceram 88%, de acordo

com o parlamentar.

João Rocha lembrou que, para o próprio Stephanes, os municípios não terão outra saída senão retornar ao sistema federal de previdência:

— As prefeituras ignoraram que os cofres municipais deveriam assumir, a partir da opção pelo regime próprio, o pagamento dos inativos e pensionistas que antes era financiado pelo INSS. Isso fez a despesa com pessoal disparar, tirando o sono de centenas de prefeitos — afirmou.

Para ele, a Previdência oficial deve preocupar-se somente com benefícios nos limites pagos atualmente aos trabalhadores da iniciativa privada. Qualquer quantidade acima do limite oficial deve ser paga pela previdência complementar. Ele afirmou que a previdência complementar tem uma vantagem a mais: serve como alavanca para o desenvolvimento do país, financiando empreendimentos comerciais e industriais, além de participar do leilão de privatização de empresas públicas.



João Rocha defendeu previdência complementar

## Elogiada ação contra falsificadores

João Rocha também registrou a "enérgica" reação do governo Fernando Henrique Cardoso diante do escândalo dos remédios falsificados. Segundo o senador, a atitude dos ministros José Serra (Saúde) e Renan Calheiros (Justiça) mereceu o apoio e o reconhecimento de todos os brasileiros. A seu ver, é pioneiro na América Latina o esforço brasileiro para enfrentar a máfia dos medicamentos.

Conforme o senador, desde as primeiras notícias sobre a falsificação de remédios, os dois ministros se empenharam na promoção de medidas para coibir essa ação criminosa. Ele disse que a descoberta do elevado número de remédios falsos surpreendeu até os especialistas da Organização Mundial de Saúde (OMS), visto que não há em todo o mundo experiência sequer parecida com a enfrentada pelo

Brasil.

João Rocha explicou que as apreensões de medicamentos falsos em outros países limitam-se a algumas caixas com, no máximo, 100 a 500 unidades de remédio. "No Brasil, são desconhecidas estimativas internacionais capazes de superar a marca, já extraordinária, de 2/3 de remédios falsos no total dos medicamentos postos à venda, como ocorre em nosso país", acrescentou.

Com base em dados do Laboratório Noel Nutels, o senador informou que existe no Brasil uma quantidade superior a meia centena de medicamentos falsos comercializados pelas farmácias. E observou que, apenas nos estados do Nordeste, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná, foram encontradas 43 marcas diferentes de medicamentos fabricados em fundo de quintal.

## Senador pede a governo maior capacitação de trabalhador

Para combater a tendência de aumento do desemprego, em função da evolução tecnológica e da globalização da economia, o senador Odacir Soares cobrou do governo a adoção de programas de capacitação de mão-de-obra e investimentos em atividades geradoras de emprego, como preservação do meio ambiente, turismo ou atividades culturais, notadamente a produção cinematográfica ou de vídeo.

"Precisamos descobrir novos caminhos, inventar soluções novas, criativas, que nos possam garantir crescimento e competitividade no contexto das nações, sem que tenhamos de sacrificar uma mão-de-obra que tanto nos custou formar", disse Odacir, citando a França como um país que está buscando novas soluções para superar o desemprego.

Segundo o senador por Rondônia, não há, fora dos palanques eleitorais, programas

de treinamento de mão-de-obra para recolocar trabalhadores expulsos de seus postos pela inovação tecnológica. "O grande público não tem conhecimento de nenhuma iniciativa de órgãos semi-oficiais como o Sebrae, Sesi, Senac e Sest. Essas entidades, apesar de contarem com recursos financeiros abundantes, não parecem se sentir comprometidas com o combate ao desemprego", reclamou.

Odacir citou dados sobre o setor de supermercados para exemplificar a tendência preocupante do desemprego no Brasil. "Nos últimos dez anos, o setor registrou um ganho surpreendente com forte enxugamento de pessoal. Houve uma redução de 21,5% do número de trabalhadores entre 1987 e 1996. Os 300 maiores supermercados eliminaram 70 mil empregos no período, enquanto o faturamento aumentou em 15% e a produtividade por funcionário em 46%".

**Aumento de produtividade de supermercados foi de 46% por funcionário entre 1987 e 1996**

# Um terço do Senado será renovado

Os estados e o Distrito Federal elegerão a 4 de outubro 27 parlamentares que exercerão oito anos de mandato entre 1999 e 2007. Os eleitos em 1994 ficam até 2003

Um terço do Senado será renovado neste ano. Ou seja, cada estado e o Distrito Federal elege, em 4 de outubro, um senador com mandato de 1999 a 2007. Os outros dois senadores das bancadas estaduais estão cumprindo o termo para o qual foram eleitos em 1994, que dura de 1995 a 2003.

Como sistema bicameral, o Legislativo brasileiro reserva ao Senado a tarefa de representar as unidades da Federação. Daí o fato de cada um dos estados e o Distrito Federal terem a mesma representação na Casa Alta do Parlamento nacional, independente da população: três senadores. Esse número foi definido pela primeira Constituição da República, em 1891, e persiste até hoje.

Apenas em 1934 a Constituição determinou a redução do número de senadores por estado para dois.



Lúcio Alcântara defende a redução para quatro anos do mandato de senadores

Naquela Carta, o Poder Legislativo era exercido pela Câmara dos Deputados, que era apenas auxiliada pelo Senado. Aquela situação durou pouco, já que, em 1937, o golpe do Estado Novo substituiu a Constitui-

ção, escrita três anos antes, por outra, de cunho autoritário.

## MANDATO

O mandato dos senadores nem sempre foi de oito anos. No Império, os senadores eram vitalícios. Já na República, a Constituição de 1891 fixou em nove anos o tempo do parlamentar no Senado. Naquela data, a legislação estabelecia que, a cada três anos, seria eleito um senador por estado.

A partir de 1934, o mandato dos senadores foi reduzido em um ano, permanecendo em oito anos até hoje. A renovação do Senado é feita de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços. Dessa forma, em 1998 é a vez de cada estado e de o DF elegerem um senador, diferente do que aconteceu em 1994, quando dois senadores foram escolhidos nas unidades da Federa-

ção.

A razão para a duração do mandato dos senadores ser mais longo é dar ao Senado maior estabilidade, como mantenedor da Federação. O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) discorda desse argumento. Ele é autor de projeto que reduz o mandato dos senadores para quatro anos, como acontece com os deputados federais. Apesar de mudar a tradição da Casa, Alcântara acredita que a redução do mandato é uma forma de aproximar o parlamentar dos eleitores.

— Oito anos é muito tempo para um mandato eletivo. Tanto assim que pouquíssimos são os países onde se adota um período tão longo. Oito anos é tempo suficiente para que os compromissos eleitorais se descolam do conjunto de preocupações do eleitorado — justifica o senador cearense.

## Mauro prevê duplicação de rodovia GO-SP

“Ao dar um segundo mandato para o presidente Fernando Henrique Cardoso, o povo goiano sabe que a duplicação da rodovia Goiânia-São Paulo não continuará sendo um sonho de várias décadas”, afirmou o senador Mauro Miranda (PMDB-GO). Ele destacou que, somente com a reeleição, estará garantida a continuidade dos projetos do programa Brasil em Ação, importantes para o desenvolvimento do Brasil e, em particular, de Goiás.

Para Mauro, a duplicação da rodovia, já inscrita na segunda etapa do Brasil em Ação, representa o projeto indispensável para completar a rede de integração de Goiás e do Centro-Oeste com os centros consumidores, os portos e o Mercosul.



Mauro Miranda defende a reeleição

## Biblioteca atende a 500 consultas diárias

“Nada acontece no Senado sem que a Biblioteca tenha tido, pelo menos, uma pequena participação”, destaca sua diretora, Simone Bastos Vieira, afirmando que o acervo de 150 mil volumes é permanentemente consultado por senadores, assessores e consultores, quando vão redigir discursos, elaborar proposições legislativas ou acompanhar sua tramitação. “Somos apenas 47 funcionários, mas nenhuma solicitação fica sem atendimento.”

Durante 1997, a Subsecretaria de Biblioteca do Senado atendeu mais de 500 consultas e pesquisas diárias de seus usuários, somando exatas 73.414, tendo registrado, ainda, cerca de 45 mil empréstimos e devoluções de livros, periódicos, mapas, microfornas e CD-ROMs. “O acervo de recortes de jornais é dos mais completos do DF, somando 2 milhões de peças sobre 5.500 temas, compilados desde 1974. Nada foi jogado fora porque ele representa uma memória dinâmica da história do país”, diz Simone.

— O que não temos, sabemos onde encontrar, através da rede Sabi, um complexo de 16 bibliotecas de instituições federais dos três Poderes da República, que a nossa biblioteca coordena, por ser a mais antiga, fundada em 1826. Os serviços estão abertos a qualquer brasi-

leiro, mas o sistema de empréstimos é limitado aos senadores e funcionários da Casa — prosseguiu.

A diretora explica que o horário normal de funcionamento da biblioteca é das 8 às 19 horas, em dias úteis. “Havendo solicitação de senadores ou diretores da Casa, podemos trabalhar em regime de plantão noturno, atendimento em fins de semana e feriados. Durante a Constituinte, permanecemos abertos 24 horas diariamente, por mais de seis meses segui-

para as comissões permanentes do Senado, com *clippings* sobre temas de atualidade brasileira e internacional, e publica a Bibliografia Brasileira de Direito, com referências bibliográficas de monografias e artigos de periódicos em português e outras línguas. Seu acervo é especializado em Ciências Sociais, com destaque para Direito e Ciência Política.

## REFORMA

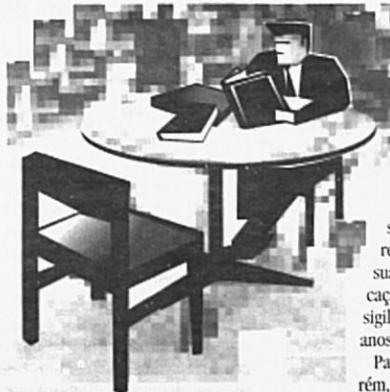
Desde fevereiro, a Biblioteca do Senado está em reformas, para ampliar sua área útil de 2.600 para 3.000 metros quadrados. Além de aumentar a capacidade de armazenamento, ela contará com uma sala exclusiva para senadores e seus assessores diretos. “Essa tem sido sua constante reivindicação de privacidade e sigilo nos últimos três anos”, explica Simone.

Para a diretora, porém, a tônica da reforma é a agilização dos trabalhos, através do uso mais intenso da informática, que eliminará totalmente os catálogos manuais. “Desde 1972, nossos serviços internos estão informatiza-

dos, mas restam lacunas injustificadas: não há computadores para que os usuários consultem o catálogo eletrônico, quando estão na biblioteca. Quem acessa esse catálogo, através da Internet, não pode verificar se a obra desejada está emprestada a alguém, nem quando será devolvida.”

A sala de obras raras, com cerca de 2 mil volumes, será ampliada para deixar de ser um mero “aquário” de vidro *blindex*, diz Simone. “Vamos proporcionar-lhes uma ambientação adequada, com temperatura e umidade condizentes com a idade dessas obras, as mais antigas datando do século XVII, como é o caso do *Notus Orbis et Historie Ofte laertijck*, de autoria de Joannes Laet, diretor da Companhia das Índias Ocidentais, assunto desses dois livros.”

Depois da reforma, a biblioteca contará com um miniauditório para palestras, debates sobre prosa e poesia, representando também um espaço nobre para lançamentos de livros. “É uma maneira de tornar nosso espaço mais atualizado e dinâmico, dentro do conceito moderno de biblioteca, um local de cultura e debates, não um mero depositário frio de livros e periódicos”, conclui Simone Bastos Vieira.



dos, para não deixar nenhuma necessidade de pesquisa ou consulta sem atendimento”, relata Simone.

Além de atender público externo e interno, a biblioteca edita boletins

## Bolsa-escola é exemplo, aponta Benedita

O sucesso do Programa Bolsa-Escola, implantado pelo governo do Distrito Federal, “está na galeria dos exemplos a serem seguidos inclusive nos espaços do chamado Primeiro Mundo e dá um grande exemplo, aqui no Brasil, ao governo do presidente Fernando Henrique Cardoso”. A afirmação é da senadora Benedita da Silva (PT-RJ), ao enaltecer a iniciativa adotada no DF de se distribuir um salário mínimo por mês para cada família que tenha pelo menos um filho na escola.

Benedita lembrou que projetos similares já foram implantados em outros municípios, a partir de uma ideia concebida pelo Partido dos Trabalhadores. No caso de Brasília, onde são beneficiados cerca de 30 mil alunos, o programa foi premiado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).



Benedita da Silva lembra prêmio do Unicef